

NOTIFICAÇÃO. TCU alerta universidade sobre ilegalidade da terceirização de professores

## Ufal e MPT discutem continuidade de atividades nas casas de cultura

Nos espaços são ensinadas línguas como latim, inglês e espanhol

BLEINE OLIVEIRA  
REPÓRTER

A situação atual será mantida e, no dia 29 próximo, uma reunião na Universidade Federal de Alagoas (Ufal) vai definir formas jurídicas de assegurar a continuidade das atividades das Casas de Cultura Britânica e Latina, mantidas pela federal alagoana até a realização de concurso público. Ali, o ensino de línguas, como latim, espanhol e inglês, está ameaçado em consequência de notificação do Tribunal de Contas da União (TCU) recomendando que Ufal encerre as contratações terceirizadas em toda a universidade.

Nas duas Casas de Cultura os funcionários, incluindo os professores, não são concursados, o que torna precárias suas contratações. Temendo a demissão, os funcionários recorreram ao Ministério Público do Trabalho (MPT), que, ontem, reuniu representantes da Ufal numa audiência para discutir o problema. Depois de ouvir funcionários e dirigentes da Ufal, a procuradora do Trabalho, Rosemeire Lopes Lôbo Ferreira, propôs um Termo de Ajustamento de Conduta para impedir a ruptura brusca do vínculo empregatício.

O Ministério Público sugeriu que os funcionários sejam mantidos até a realização de concurso para contratação de professores. "Dentro da lei, essa medida é possível. O afastamento, tal como determinado pelo TCU, pode ser gradativo e proporcional à substituição por concursados", disse Rosemeire, destacando o clima de ponderação que norteou a audiência realizada ontem pela manhã, na sede do MPT.

Soluções administrativas e legais que levem a mudança da contratação como prestação de serviços, serão definidas na reunião já marcada, explicou a procuradora. Para ela, é preciso considerar o aspecto legal da recomendação do TCU, mas sem ignorar as questões sociais e culturais inerentes ao trabalho de extensão que a universidade realiza por meio das Casas de Cultura. Rosemeire Lôbo diz que é importante preservar os ganhos em cultura e ensino que a sociedade encontra nas entidades mantidas pela Ufal.

O representante da Fundação de Desenvolvimento e Pesquisa (Fundepes), responsável pelas contratações, Roberto Jorge Vasconcelos, afirmou que não é interesse da Ufal demitir professores nem acabar com os cursos de extensão das Casas de Cultura.

A representante jurídica da universidade, procuradora federal Valéria Carneiro Lages Ressurreição, disse que, diferentemente da terceirização de serviços de limpeza e outras atividades meio, a terceirização de professores é ilegal, por se tratar de atividade fim. Para substituí-los, poderão ser indicados professores do curso de Letras da Universidade. ☺